



AVISO n.º POCH-67-2018-05

Concurso para apresentação de candidaturas

Cooperação Transnacional

Revisto em 2018-06-26¹: Folha rosto e ponto 11 do Aviso “prazo de submissão de candidaturas”

Revisto em 2018-12-13¹: Ponto 11 do Aviso “prazo de submissão de candidaturas”

Programa Operacional Capital Humano		
Eixo Prioritário	4	Qualidade e inovação no sistema de educação e formação
Prioridade de Investimento	10.i	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e formação.
Objetivo Específico	2.4.1	Investir nas condições conducentes à melhoria da qualidade, da eficácia e da eficiência do sistema de educação e de formação
Fundo Estrutural	Fundo Social Europeu	
Indicador de Realização	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de realização das atividades planeadas na operação 	
Indicadores de Resultado	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de concretização dos resultados contratualizados na operação 	
Tipologia de Intervenção	67	Qualidade do sistema de ensino de nível não-superior
Tipologia de Operação	4.7	Cooperação Transnacional
Período de Candidatura	Data de abertura	Primeiro dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso
	Data de termo	18 de janeiro de 2019, até às 18H00

¹ Alterações assinaladas a sombreado.

Cofinanciado por:



Índice

1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR	3
2. TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO	3
3. BENEFICIÁRIOS.....	3
4. DESTINATÁRIOS	4
5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E TAXA DE COFINANCIAMENTO	5
6. LIMITE AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR	5
7. ÂMBITO GEOGRÁFICO	5
8. FORMA DE APOIO	5
9. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DO BENEFICIÁRIO, DAS OPERAÇÕES E DAS DESPESAS A COFINANCIAR.....	6
10. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR	9
11. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS	10
12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS.....	10
13. PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS	10
14. DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL	12
15. REGIME DE FINANCIAMENTO	13
16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR	14
17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO	16
18. REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES.....	16
19. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	16
20. PONTO DE CONTACTO.....	16
21. OUTRAS DISPOSIÇÕES	17
ANEXO I- CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	18
ANEXO II - GRELHA DE ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	19
ANEXO III – COMPROMISSOS A ASSUMIR EM SEDE DE CANDIDATURA.....	23
ANEXO IV – TRANSNATIONAL COOPERATION AGREEMENT (TCA).....	24
ANEXO V - PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DECISÃO DE CANDIDATURAS	26

1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR

O presente aviso de abertura para apresentação de candidaturas (AAC) visa estabelecer as condições de atribuição dos apoios a conceder no âmbito dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), através do Fundo Social Europeu (FSE), nos termos previstos nos n.ºs 1 e 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, conjugados com o artigo 5.º do Regulamento Específico do Capital Humano (RECH), publicado pela Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 181-A/2015, de 19 de junho, n.º 190-A/2015, de 26 de junho, n.º 148/2016, de 23 de maio, que o republica, n.º 311/2016, de 12 de dezembro, e n.º 2/2018, de 2 de janeiro.

As operações a apoiar enquadram-se no Eixo Prioritário 4 – Qualidade e inovação no sistema de educação e formação do PO CH, especificamente na tipologia de operação 4.7 – Cooperação Transnacional. O objetivo da tipologia é apoiar a dinamização de redes de cooperação de promoção da qualidade do ensino, incluindo a dimensão da cooperação transnacional, através da realização de seminários, encontros e grupos de trabalho, visando a partilha de experiências, de resultados e de boas práticas.

O presente Aviso está a ser coordenado com Autoridades de Gestão (AG) de Estados-Membros (EM) da UE que integram apoios do FSE com vista à promoção de projetos de cooperação e de aprendizagem mútua entre organizações dos EM.

2. TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO

O presente aviso diz respeito à Tipologia de Operação 4.7 prevista na alínea i) do n.º 1 do artigo 30.º do RECH, denominada “Cooperação transnacional” e enquadra-se na Prioridade de Investimento 10.i, constante do Programa Operacional Capital Humano, aprovado pela Comissão Europeia, através da Decisão C (2014) 9788, de 12 de dezembro de 2014.

3. BENEFICIÁRIOS

Nos termos estabelecidos na alínea h) do n.º 1 do artigo 31.º do RECH, são entidades beneficiárias elegíveis as seguintes pessoas coletivas de direito público da administração central, de forma a assegurar a relevância das operações financiadas:

- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P (ANQEP, I.P.)
- Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.);
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE);
- Direção-Geral da Educação (DGE);
- Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE);

- Instituto de Avaliação Educativa, I.P. (IAVE, I.P.);
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC);
- Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (IGeFE, I.P.).

O desenvolvimento de um projeto de cooperação transnacional no âmbito do FSE pressupõe a existência de uma parceria entre entidades de Portugal e de outro EM. É exigida uma parceria constituída no mínimo por dois parceiros financiados pelo FSE, incluindo o parceiro português. Não existe limite máximo de parceiros e pode haver parceiros não apoiados pelo FSE, desde que pelo menos dois parceiros (um nacional e um de outro EM) sejam apoiado pelo FSE. Os parceiros de outro EM tem de ser financiados pelo FSE no âmbito da presente operação devem submeter uma candidatura à(s) respetiva(s) Autoridade(s) de Gestão.

O financiamento de uma operação pressupõe que a mesma seja aprovada pela AG do POCH e pela(s) Autoridade(s) de Gestão do(s) país(es) abrangido(s) na operação. Numa operação envolvendo entidade de mais de dois EM, será necessário pelo menos a aprovação de duas AG e desde que o objetivo do projeto não fique comprometido. Os parceiros de outros EM não são consideradas entidades beneficiárias do POCH, não sendo por isso registados como tal no sistema de informação do Portugal 2020 (Balcão 2020).

As entidades beneficiárias estão obrigadas a registarem-se na [Plataforma de Cooperação Transnacional do FSE](#). Para além dos dados da organização, as entidades devem inserir as propostas de iniciativas que pretendem desenvolver com outros parceiros de EM, com o intuito de facilitar a procura dos mesmos. Uma vez constituída a parceria é necessário formalizá-la através do preenchimento do Acordo de Cooperação Transnacional (*Transnational Cooperation Agreement* - TCA). O TCA (referido no ponto 14 do Aviso e no seu anexo IV) é inserido quer na Plataforma da Cooperação Transnacional quer no formulário de candidatura do SIIFSE/Balcão 2020.

Na Plataforma da Cooperação Transnacional é possível aceder a exemplos de propostas de projetos de outros organismos de EM, bem como a uma base de dados de procura de parceiros².

4. DESTINATÁRIOS

São destinatários finais do presente Aviso os alunos do ensino básico e secundário, professores e outros *stakeholders*, embora, nos termos previstos no [Guidance Document - Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy - European Social Fund](#), em particular do seu anexo D, sejam apenas considerados destinatários indiretos, uma vez que o apoio é concedido a entidades terceiras, que intervêm na qualidade de beneficiárias, as quais realizarão um conjunto de intervenções que beneficiarão indiretamente os destinatários.

² Aceder [aqui](#) a informação detalhada sobre o processo de registo das entidades beneficiárias e de submissão dos TCA na Plataforma de Cooperação Transnacional.

5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E TAXA DE COFINANCIAMENTO

5.1. Dotação indicativa

A dotação de Fundo Social Europeu (FSE), a alocar ao presente aviso é de 2.000.000€ (dois milhões de Euros).

5.2. Taxa de cofinanciamento

A taxa de cofinanciamento é de **85%** de contribuição europeia mobilizada através do FSE, a incidir sobre o montante de despesa elegível, após dedução de eventuais receitas, sendo os restantes 15% assegurados a título de contribuição pública nacional (CPN), ao abrigo do artigo 3.º do RECH.

6. LIMITE AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR

As entidades beneficiárias podem apresentar mais do que uma candidatura, desde que para operações distintas.

A candidatura também terá de ser submetida à(s) AG do(s) país(es) da(s) entidade(s) parceira(s) que integram a operação.

7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

A elegibilidade geográfica é determinada pelo local de realização da intervenção, conforme disposto no n.º 5 do artigo 29.º do RECH. Nestes termos são elegíveis as operações cujas intervenções (e.g. desenvolvimento de um projeto piloto, local de experimentação e troca de boas práticas ou outras) ocorram nas regiões NUTS II do Norte, Centro e Alentejo.

8. FORMA DE APOIO

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável, através das modalidades de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, tendo presente o enquadramento determinado pelo n.º 2 do artigo 32.º do RECH.

Os montantes elegíveis aos apoios a conceder no âmbito deste AAC obedecem aos limites e regras de elegibilidade definidos na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto, n.º 122/2016, de 4 de maio, n.º 129/2017, de 5 de abril e n.º 19/2018, de 17 de janeiro, observando ainda o aprofundamento das suas normas consagrado nos termos articulados dos números 10 e 8 do artigo 33.º do RECH.

De acordo com o estipulado no n.º 8 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, conjugado com o artigo 4.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, ambos os diplomas na sua atual redação, as operações de reduzida dimensão, cujo financiamento público não exceda os 50.000€, são obrigatoriamente apoiadas em regimes de custos simplificados, na modalidade de montante fixo, com recurso a um orçamento prévio, dispensando a apresentação de documentos comprovativos de despesa.

Os custos elegíveis no âmbito das operações de reduzida dimensão são calculados com base num orçamento preestabelecido, considerando a Autoridade de Gestão do PO CH, para este efeito, o montante total inscrito, resultante do somatório dos valores propostos por rubrica de despesa, no formulário de candidatura, sendo o financiamento da operação dependente da concretização dos objetivos contratualizados.

9. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DO BENEFICIÁRIO, DAS OPERAÇÕES E DAS DESPESAS A COFINANCIAR

9.1 Elegibilidade do beneficiário

Os beneficiários devem assegurar o cumprimento dos critérios de elegibilidade e não estarem abrangidos pelos impedimentos estabelecidos, respetivamente, nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e ainda declarar a não existência de salários em atraso, conforme a alínea I) do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

9.2 Elegibilidade das operações

A candidatura à presente tipologia de operação pressupõe pelo menos a realização de uma iniciativa de âmbito internacional realizada conjuntamente entre parceiros nacionais e internacionais.

As iniciativas deverão estar enquadradas na temática da “aprendizagem e competências” (*learning and skills*) e abordar pelo menos um dos seguintes temas:

- I. Desenvolvimento de competências digitais, que tenham como destinatários finais jovens e adultos com baixas qualificações;
- II. Agenda para Novas Competências na Europa (*Upskilling Pathways - New opportunities for adults*);
- III. Contribuição para reduzir o abandono escolar precoce ou o abandono de atividades de formação entre os jovens dos 18 aos 24 anos;
- IV. Promoção da elevação do nível de qualificação médio da população adulta e a participação de adultos em atividades ao longo da vida;

- V. Fomento do prosseguimento de estudos para o ensino superior, designadamente para jovens até aos 30 anos provenientes do ensino profissionalizante;
- VI. Contribuição para um melhor ajustamento entre a oferta educativa e formativa, as qualificações produzidas e as necessidades do mercado de trabalho;
- VII. Melhoria do sistema de gestão, monitorização e avaliação das políticas públicas na área da educação e formação;
- VIII. Troca de boas práticas em matéria de reconhecimento e validação de competências.

As operações podem ser multi-temas. Assim, é possível que os parceiros portugueses desenvolvam uma operação no tema da “aprendizagem e competências”, com parceiros internacionais que trabalhem outros temas (inclusão, desemprego juvenil, entre outras), desde que encontrem um ponto comum de interligação.

Será dada preferência a iniciativas que envolvam quatro ou mais parceiros internacionais, de diferentes EM, e que desenvolvam um produto tangível.

Não são elegíveis atividades de carácter formativo.

9.3 Regras de financiamento

As despesas a imputar às operações deverão seguir as regras e valores previstos nos artigos 12.º a 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, conjugadas com os números 10 e 8 do artigo 33.º do RECH.

Neste contexto, as despesas deverão ser enquadradas no separador “custos” da candidatura no Balcão 2020, tendo em conta o seguinte:

Rubrica	Tipo de despesas elegíveis (n.º 8 do artigo 33.º do RECH)	Regras e limites máximos de elegibilidade Observações
Encargos com pessoal afeto à operação	Encargos com docentes e técnicos afetos à operação Pessoal interno São elegíveis nesta rubrica as remunerações e outros encargos com alojamento, alimentação e transporte, quando a elas houver lugar, do pessoal dirigente,	Custo horário máximo elegível: $\frac{Rbm \times m}{48 \text{ (semanas)} \times n}$ Rbm = remuneração base mensal acrescida dos encargos obrigatórios da entidade patronal, decorrentes da lei e dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, e de outras prestações regulares e periódicas documentalmente comprováveis e refletidas na

	<p>técnico, administrativo e outro pessoal, vinculado à entidade, na proporção da sua afetação às atividades financiadas.</p> <p>O valor máximo a imputar mensalmente com pessoal interno corresponde à remuneração mensal que o trabalhador tenha direito por força da sua relação laboral com a entidade empregadora, calculada de acordo com a fórmula ao lado indicada e em função no n.º de horas afetas à operação.</p> <p>Pessoal externo</p> <p>São elegíveis os honorários pagos, a título de prestação de serviços do pessoal técnico, consultor e outro pessoal, bem como outros encargos com alimentação, deslocações, alojamento e transporte, desde que estas despesas se encontrem devidamente previstas no contrato de prestação de serviços celebrado.</p>	<p>contabilidade da entidade patronal que integrem a remuneração;</p> <p>m = número de prestações anuais efetivamente pagas a título de remuneração base mensal e de subsídios de férias e de Natal, quando a estes haja lugar;</p> <p>n = número de horas semanais do período normal de trabalho.</p> <p>Para efeitos de elegibilidade aplicam-se os limites estabelecidos nos artigos 14.º e 15.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.</p>
Deslocações e estadias	Encargos com a realização de visitas de estudo e deslocações	Estas despesas estão limitadas a um máximo de 40% do custo total elegível da operação, salvo em situações excecionais devidamente fundamentadas a aceites pela autoridade de gestão do POC
Encargos com informação e publicidade	Encargos com a produção de materiais informativos e de divulgação	
Encargos com a promoção de encontros e seminários	Encargos com a realização de encontros, seminários e <i>workshops</i>	

Rubrica – Outros encargos	Encargos com a produção de conteúdos técnicos especializados Encargos com a produção de ferramentas e conteúdos digitais	Atendendo a que não é elegível a aquisição de móveis e equipamentos, pode admitir-se o recurso a aluguer desde que respondam a necessidades objetivas devidamente justificadas.
--	---	---

No âmbito do presente Aviso não é elegível a imputação de despesas de aquisição de serviços especializados, incluindo serviços de assessoria, acompanhamento e monitorização, nem encargos gerais (como água, luz, gás e comunicações).

Cada PO suporta os custos de atividade do(s) respetivo(s) parceiros nacional(is). As despesas dos parceiros estrangeiros serão suportadas pelos respetivos PO, ou por outras fontes de financiamento nos casos das entidades que não são apoiadas pelo FSE, pelo que não devem ser inscritas como despesas elegíveis à candidatura a submeter ao POC. Num encontro internacional cada parceiro assume as respetivas despesas de alojamento e deslocação, no entanto as despesas gerais (alimentação, aluguer de espaço e equipamento em conferências, etc.) podem ser assumidas pelo parceiro que acolhe e financiadas pelo respetivo PO, caso a despesa seja elegível.

Os valores relativos a eventuais receitas, serão deduzidas ao subsídio concedido, nos termos conjugados das alíneas f) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e j) do artigo 2.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

O valor dos apoios concedidos pode ser objeto de redução quando em sede de acompanhamento ou auditoria forem detetadas irregularidades que coloquem em causa o cumprimento integral da legislação nacional, nos termos previstos no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Os custos elegíveis no âmbito das operações de reduzida dimensão são calculados com base num orçamento preestabelecido, considerando a Autoridade de Gestão do PO CH, para este efeito, o montante total inscrito, resultante do somatório dos valores propostos por rubrica de despesa, no formulário de candidatura. O financiamento da operação depende da concretização dos resultados contratualizados.

10. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR

As operações a apoiar ao abrigo do presente aviso podem ter a duração máxima de 36 meses. As atividades só podem iniciar-se a partir de outubro de 2018 e têm de terminar no máximo, até 36 meses após esta data.

11. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas decorre entre o **primeiro dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso e as 18H00 do dia 18 de janeiro de 2019.**

12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), doravante designado por Balcão 2020, devendo ser instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, na Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação e nos termos definidos no presente aviso.

As entidades beneficiárias devem efetuar previamente a sua credenciação junto do Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada ao beneficiário, que inclui um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada pode já constar um conjunto de dados relativo à caracterização das entidades beneficiária, que devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas a apresentar ao Portugal 2020.

Recomenda-se que os beneficiários evitem a submissão tardia das candidaturas, nomeadamente no último ou nos últimos dias do prazo.

13. PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS

Havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento das operações, estas são avaliadas com base no seu mérito absoluto e relativo, o último dos quais resulta da comparação do mérito da operação avaliada face ao mérito das demais operações candidatas no mesmo procedimento concursal, com hierarquização final das candidaturas avaliadas, tendo em conta a dotação indicativa prevista no número 5 do presente aviso.

O **mérito das operações** é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de base percentual de 0 a 100, que deve igualmente ser traduzível numa escala qualitativa de forma a sintetizar o mérito da operação nas suas diferentes componentes, a saber:

- Inexistente ou negativo (<50%);
- Médio (>= 50% a <70%);
- Bom (>= 70% a <90%);
- Elevado (>= 90%).

Neste âmbito, determina-se que as operações que reúnam a classificação final inferior a 50% não serão objeto de financiamento, bem como os projetos acima desse valor para os quais não haja dotação orçamental nos termos do n.º 6 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O **processo de decisão** das candidaturas integra três fases:

- i) **Análise de admissibilidade** através da verificação das condições de elegibilidade do beneficiário, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e da alínea I) do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação, definidos pela autoridade de gestão, em conformidade com o definido no presente Aviso;
- ii) **Avaliação do mérito** da operação, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do POCH e consubstanciados na respetiva grelha de análise, constantes dos anexos I e II respetivamente. No caso dos (sub)critérios com ausência de histórico, a pontuação desse critério será distribuída pelos restantes;
- iii) **Decisão** sobre o financiamento das operações em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela autoridade de gestão do POCH no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do concurso, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, sem prejuízo das situações de suspensão de prazo legalmente previstas, e de acordo com os demais prazos e procedimentos definidos no fluxograma constante do anexo V.

O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados ao beneficiário quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos, salvo motivo justificável, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão, a candidatura prossegue com os dados disponíveis, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

No caso de indisponibilidade financeira no âmbito da dotação disponível para o presente concurso, em que seja necessário o desempate de candidaturas com a mesma pontuação, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão e a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções na entidade candidata são ponderadas para efeitos de desempate entre candidaturas.

14. DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos adicionais, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã “documentos”:

- a) Na linha designada “documentos necessários para o apuramento do mérito da operação”, deverão as entidades fornecer, em *upload*, os elementos necessários para fundamentar a resposta aos critérios de seleção. Recomenda-se o envio de informação clara, curta e concisa, recorrendo à remissão para URL sempre que a informação seja possível de ser consultada *online*.
- b) Na linha designada “documentos referentes à memória descritiva”, deverão as entidades anexar o plano de desenvolvimento da operação, preparado de acordo com o modelo disponibilizado pelo POCH;
- c) Na linha designada “documentos obrigatórios” anexar:
 - Acordo de cooperação transnacional – TCA, devidamente preenchido e assinado por todos os parceiros;
 - A proposta de indicador(es) de resultado, com informação sobre o ponto de partida e meta, bem como indicação da metodologia de cálculo. Modelo disponibilizado pelo POCH.
- d) Na linha designada “Outros documento” anexar:
 - Elementos de desempate de candidaturas referidos no ponto 13 do Aviso;
 - Outros documentos que as entidades beneficiárias considerem úteis para a análise da candidatura (e.g. estudos de diagnóstico de fundamento à candidatura, etc.);
 - Lista dos contratos afetos à operação e respetivas peças dos procedimentos adotados, com discriminação das datas de realização, natureza dos bens/serviços e montantes contratualizados, atendendo ao enquadramento da entidade beneficiária enquanto entidade adjudicante, nos termos do artigo 2º do Código dos Contratos Públicos, para efeitos de validação de todos os contratos com valore superiores aos limiares comunitários (135.000€ nas aquisições de bens e serviços, se for Estado; 209.000€ nas aquisições de bens e serviços, se for alguma outra entidade adjudicante), à data da aprovação da candidatura;
 - Demonstrações financeiras do ano anterior, caso a entidade declare não estar abrangida pela legislação nacional referente à contratação pública, nos termos estabelecidos no Código dos Contratos Públicos.

A documentação adicional requerida neste ponto deverá seguir, sempre que aplicável, os modelos disponíveis para o efeito na mesma secção do portal onde se encontra o AAC, com a designação “Anexo”.

15. REGIME DE FINANCIAMENTO

A **aceitação da decisão de aprovação** da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação. O beneficiário tem direito, para a candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil, o qual é processado quando se cumprem, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizada nos termos legais;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Verificação da situação regularizada em matérias de restituição no âmbito dos financiamentos dos FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento;
- d) Comunicação do início da operação.

Os **pedidos de reembolso** são efetuados com uma periodicidade mínima bimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no sistema de informação, os dados físicos e financeiros requeridos.

Os **pedidos de alteração** à decisão de aprovação são igualmente formalizados na plataforma eletrónica do sistema de informação.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs. 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A não execução integral do financiamento aprovado para cada ano civil pode dar lugar à revisão da decisão de aprovação, conforme previsto na alínea e) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Tratando-se de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 15 de fevereiro de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do citado artigo 25.º, salvo motivo devidamente justificado e aceite pela autoridade de gestão.

A decisão sobre os pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como dos resultados contratualizados.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

O montante da subvenção poderá ser ajustada, em sede de análise ou reanálise do saldo final, em função do nível de cumprimento da realização e dos resultados contratualizados em candidatura, nos termos descritivos no ponto seguinte do Aviso.

Nas **operações de reduzida dimensão**, as entidades beneficiárias têm direito a um único adiantamento, no valor de 15% do montante total do financiamento público. Assim, no desenvolvimento desta modalidade, não há lugar à apresentação dos pedidos de reembolso durante a execução da operação, dado que os pagamentos apenas podem ser efetuados em função da verificação do cumprimento integral dos resultados contratualizados, após a conclusão física da operação.

16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR

16.1. Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder, na operação em causa, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 34.º do RECH, conjugado com os números 9 e 10, do artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, devem ser contratualizados com o beneficiário, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Assim, o beneficiário tem de apresentar na sua candidatura os resultados a contratualizar com a autoridade de gestão, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

16.2. A realização e os resultados mínimos a contratualizar são os descritos no quadro seguinte:

TIPO DE INDICADOR	Indicadores	Unidade de Medida	Meta
REALIZAÇÃO	Taxa de realização das atividades planeadas na operação ²	%	(1)
RESULTADO	Taxa de concretização dos indicadores de resultado da operação ³	%	100%

- (1) Meta a definir pelo beneficiário em sede de candidatura.
 (2) $(N.º \text{ de atividades implementadas no final da operação} / N.º \text{ de atividades planeadas para a operação}) * 100$.
 (3) $(\text{Valores atingidos para os indicadores de resultado contratualizados no final da operação} / \text{Valores contratualizados para os indicadores de resultado em sede de aprovação da operação}) * 100$. No caso da operação incluir mais do que num indicador de resultado, os valores atingidos serão apurados em função da média simples dos resultados atingidos no final da operação. Os indicadores de resultado que integram este indicador serão aqueles que as entidades definirem, nos termos referidos no anexo III do Aviso.

Neste contexto, será o grau de ambição para a concretização dessas metas de resultado propostas para cada operação que será tido em conta para efeitos de seleção da operação e, em caso de aprovação, como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder, na operação em causa, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Caso os indicadores e metas propostas para contratualização não sejam considerados relevantes ou suficientes, podem vir a ser ajustados/revistos antes da emissão da decisão de aprovação da operação.

As entidades beneficiárias deverão propor no mínimo um indicador de resultado, com a respetiva meta e metodologia de cálculo. Esses indicadores deverão traduzir o que é expectável atingir como sucesso na implementação da operação e que permite a respetiva medição, de forma objetiva e verificável, após o final do projeto.

Face à variedade e abrangência de iniciativas que podem ser apoiadas no âmbito do presente concurso, admite-se a possibilidade das entidades beneficiárias proporem os indicadores e respetivas metas de resultado que mais se ajustem ao perfil da operação candidata, os quais serão submetidos à apreciação e validação do PO CH em sede de análise técnica da candidatura.

16.3. O grau de concretização dos indicadores contratualizados será tido em consideração para o processo de avaliação de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário. Se o nível de



execução for inferior a 50% da média dos indicadores contratualizados, a operação é revogada, salvo pedido de revisão pelo beneficiário, aceite pela autoridade de gestão, com adequada fundamentação. Esta última disposição não é aplicável a operações de reduzida dimensão, em que se aplicam as regras constantes no Ponto 8 do presente Aviso.

17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO

A análise do mérito da operação e a decisão da aprovação é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do POCH.

18. REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente a menção “cofinanciado por” seguida dos logótipos do POCH, do Portugal 2020 e da União Europeia, com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas disponíveis para consulta e *download* no Sítio do POCH, [aqui](#).

19. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

No Sítio do [Portugal 2020](#) ou do [POCH](#) encontram-se disponíveis:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadadora e formulário de candidatura;
- b) Acesso ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) Pontos de contacto para obter informação adicional;
- d) Manual de normas gráficas do POCH.

20. PONTO DE CONTACTO

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional através do portal [Portugal 2020](#), os pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser dirigidos a:

Programa Operacional Capital Humano

Avenida João Crisóstomo, 11, 1000-177 Lisboa

Telefone: +351 215 976 790

Correio eletrónico: poch@poch.portugal2020.pt

Cofinanciado por:





21. OUTRAS DISPOSIÇÕES

Ao presente Aviso aplicam-se, de forma subsidiária, o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, nas Portarias n.º 60-A/2015 e n.º 60-C/2015, ambas de 2 de março, e na sua atual redação, e nos Regulamentos (UE) n.º 1303/2013 e n.º 1304/2013, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro.

Lisboa, 13 de dezembro de 2018

Programa Operacional Capital Humano
O Presidente da Comissão Diretiva

Joaquim Bernardo

Cofinanciado por:



ANEXO I- Critérios de seleção


Eixo	4	Qualidade e inovação do sistema de educação e formação
------	---	--

Prioridade de Investimento	10.i)	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação pré-escolar, ensino básico e secundário, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação
Objetivo Específico	2.4.1	Investir nas condições conducentes à melhoria da qualidade, da eficácia e da eficiência do sistema de educação e de formação

Critérios de Seleção aplicáveis		Categoria
1.	Relevância da iniciativa proposta, carácter inovador e transferibilidade para contextos práticos de aprendizagem, em linha com as prioridades do sistema de educação e de qualificação, designadamente com a Estratégia de Especialização Inteligente e a Agenda Portugal Digital	A
2.	Qualidade técnica do projeto, tendo em conta os objetivos a atingir, as ações a desenvolver, as metodologias a utilizar e os resultados esperados	A
3.	Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional, nacional e internacional, com incidência na organização e desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formação em contexto de trabalho	C
4.	Adequação dos Recursos Humanos e dos meios a mobilizar aos resultados pretendidos, em termos da previsível eficácia e eficiência na utilização dos mesmos	B
5.	Existência de mecanismos de monitorização e avaliação da eficácia, eficiência, adequação e impacto das intervenções	A
6.	Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da escola/entidade candidata	B
7.	Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado	B
8.	Capacidade, qualidade e adequação das infraestruturas, equipamentos e recursos didáticos	B
9.	Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género	E

CATEGORIAS: A - Eficácia e impacto em Resultados; B - Eficiência, qualidade e inovação; C - Complementaridade e sinergias; D - Abrangência e transversalidade; E - Igualdade de oportunidades e de género

ANEXO II - Grelha de Análise dos Critérios de Seleção



Tipologia de Operação

Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para promoção do sucesso escolar – Cooperação Transnacional

Programa Operacional
Capital Humano

Matriz de Análise Concurso

Entidade: _____

NIF: _____

Nº	Critérios de Seleção	Pontuação
1	Relevância da iniciativa proposta, carácter inovador e transferibilidade para contextos práticos de aprendizagem, em linha com as prioridades do sistema de educação e de qualificação, designadamente com a Estratégia de Especialização Inteligente e a Agenda Portugal Digital	20,00
	Relevância da iniciativa proposta	10,00
	Elevado: A operação abrange quatro ou mais tópicos do tema "aprendizagem e competências", a que se refere o ponto 9.2 do AAC	10,00
	Bom: A operação abrange três tópicos do tema "aprendizagem e competências", a que se refere o ponto 9.2 do AAC	7,00
	Médio: A operação abrange dois tópicos do tema "aprendizagem e competências", a que se refere o ponto 9.2 do AAC	5,00
	Baixo: A operação abrange um dos tópicos do tema "aprendizagem e competências", a que se refere o ponto 9.2 do AAC	2,00
	Potencial de transferência de conhecimentos/soluções para o sistema de educação e formação	10,00
	Elevado: Existe um produto tangível no final da operação, que pode ser utilizado em contexto de educação e/ou formação. Estão previsto ganhos de escala, em termos do número potencial de destinatários finais a abranger nos 6 meses subsequentes à data de fim da operação e que abrange outros países para além daqueles incluídos na parceria.	10,00
	Bom: Existe um produto tangível no final da operação, que pode ser utilizado em contexto de educação e/ou formação. Estão previsto ganhos de escala, em termos do número potencial de destinatários finais a abranger nos 6 meses subsequentes à data de fim da operação e que abrange os países da parceria.	7,00
	Médio: Estão previsto ganhos de escala, em termos do número potencial de destinatários finais a abranger nos 6 meses subsequentes à data de fim da operação, que abrange os países da parceria. Não existe um produto tangível no final da operação.	5,00
	Baixo: Não é claro o potencial efeito de escala da operação, em termos do número potencial de destinatários finais a abranger nos 6 meses subsequentes à data de fim da operação. Não existe um produto tangível no final da operação.	2,00

Cofinanciado por:

2	Qualidade técnica do projeto, tendo em conta os objetivos a atingir, as ações a desenvolver, as metodologias a utilizar e os resultados esperados	15,00
	Nível de qualidade da operação	15,00
	Elevado: cumpre cinco dos requisitos	15,00
	Bom: cumpre quatro dos requisitos	10,00
	Médio: cumpre três requisitos	8,00
	Baixo: cumpre menos de três dos requisitos	5,00
3	Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional, nacional e internacional, com incidência na organização e desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formação em contexto de trabalho	15,00
	Qualidade do Training and Cooperation Agreement (TCA)	10,00
	Elevado: O TCA encontra-se totalmente e devidamente preenchido, não sendo necessário esclarecimentos adicionais.	10,00
	Bom: Houve necessidade de solicitar esclarecimentos acerca do ponto 1.2, 1.3 ou 1.4 do TCA;	8,00
	Médio: Houve necessidade de solicitar esclarecimentos acerca de pelo menos dois dos seguintes pontos do TCA: 1.2, 1.3 ou 1.4;	6,00
	Baixo: O TCA não se encontra totalmente e/ou devidamente preenchido, sendo necessário solicitar vários pedidos de esclarecimento	3,00
	Nº de parceiros	5,00
	Bom: A operação abrange quatro ou mais beneficiários de diferentes países, dos quais pelo menos dois são potencialmente apoiados pelo FSE	5,00
	Médio: A operação abrange três beneficiários de diferentes países, dos quais dois potencialmente apoiados pelo FSE	3,00
	Baixo: A operação abrange dois beneficiários do FSE, um português e um internacional	1,00
4	Adequação dos Recursos Humanos e dos meios a mobilizar aos resultados pretendidos, em termos da previsível eficácia e eficiência na utilização dos mesmos	5,00
	Adequação dos recursos humanos afetos à operação	5,00
	Elevado: Existe um coordenador/responsável identificado por entidade envolvida na operação, todos com 3 ou mais anos de experiência profissional na área de implementação da operação	5,00
	Bom: Existe um coordenador/responsável por entidade envolvida na operação, com a maioria a ter 3 ou mais anos de experiência profissional na área de implementação da operação	4,00
	Médio: Não existe um coordenador/responsável identificado por entidade envolvida na operação, mas a maioria daqueles indicados têm 3 ou mais anos de experiência profissional na área de implementação da operação	3,00
	Baixo: Não existe um coordenador/pessoa de contacto por entidade envolvida na operação e a maioria dos indicados tem menos de 3 anos de experiência profissional relevante na área de implementação da operação	1,00

5	Existência de mecanismos de monitorização e avaliação da eficácia, eficiência, adequação e impacto das intervenções	10,00
	Existência e relevância dos mecanismos de monitorização e avaliação da eficácia, eficiência, adequação e impacto das intervenções	10,00
	Elevado: está comprovado existirem mecanismos regulares de monitorização e avaliação da eficácia, eficiência, adequação e impacto das intervenções, estando previsto a divulgação dos resultados externamente a nível europeu, para além dos países envolvidos na parceria	10,00
	Bom: está comprovado existirem mecanismos regulares de monitorização e avaliação da eficácia, eficiência, adequação e impacto das intervenções, estando previsto a divulgação dos resultados em Portugal	7,00
	Médio: está comprovado existirem mecanismos de monitorização ou avaliação da eficácia, eficiência, adequação e impacto das intervenções, não estando previsto a divulgação dos resultados externamente	5,00
	Baixo: não estão previstos mecanismos regulares de monitorização e avaliação da eficácia, eficiência, adequação e impacto das intervenções	2,00
6	Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da escola/entidade candidata	10,00
	Grau de eficiência da entidade, medida pela taxa de execução financeira das atividades planeadas nos últimos três anos	10,00
	Elevado: $\geq 80\%$	10,00
	Bom: $\geq 75\%$ e $< 80\%$	7,00
	Médio: $\geq 70\%$ e $< 75\%$	5,00
	Baixo: $< 70\%$	2,00
7	7. Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado	20,00
	7.1 Taxa de realização das atividades planeadas na operação	10,00
	Elevado: $\geq 80\%$	10,00
	Bom: $\geq 75\%$ e $< 80\%$	7,00
	Médio: $> 70\%$ e $< 75\%$	5,00
	Baixo: $\leq 70\%$	2,00
	7.2 Relevância do(s) indicador(s) de resultado	10,00
	Elevado: O(s) indicador(es) de resultado está(ão) alinhado(s) com mais do que uma prioridade para a área da educação e qualificação (definidas no texto integral do POCH, nos objetivos da Estratégia Europa 2020 e/ou no Programa Nacional de Reformas)	10,00
	Bom: O(s) indicador(es) de resultado está(ão) alinhado(s) com mais do que uma prioridade para a área da educação e qualificação (definidas no texto integral do POCH, nos objetivos da Estratégia Europa 2020 e/ou no Programa Nacional de Reformas)	7,00
	Médio: O(s) indicador(es) de resultado está(ão) alinhado(s) com uma prioridade para a área da educação e qualificação (definidas no texto integral do POCH, nos objetivos da Estratégia Europa 2020 e/ou no Programa Nacional de Reformas)	5,00
	Baixo: Não é claro o alinhamento do(s) indicador(es) de resultado com as prioridades para a área da educação e qualificação (definidas no texto integral do POCH, nos objetivos da Estratégia Europa 2020 e/ou no Programa Nacional de Reformas)	2,00
8	Capacidade, qualidade e adequação das infraestruturas, equipamentos e recursos didáticos	
	NOTA: considera-se que este critério não é aplicável no presente Aviso, atendendo às características das operações a financiar	

9	Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género	5,00
	Promoção da não discriminação e acessibilidade (igualdade de oportunidades) e igualdade de género	5,00
	Elevado: é apresentado mais do que 1 mecanismo que garante a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de oportunidades (IO) e mais do que 1 mecanismo que garante a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de género (IG)	5,00
	Bom: é apresentado 1 mecanismo que garante a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de oportunidades (IO) e 1 mecanismo que garante a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de género (IG)	4,00
	Médio: é apresentado 1 mecanismo que garante a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de oportunidades (IO) ou 1 mecanismo que garante a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de género (IG)	3,00
	Baixo: a entidade não explicita quaisquer mecanismos que garantam a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de oportunidades (IO) nem da igualdade de género (IG)	2,00

Total 100

ANEXO III – COMPROMISSOS A ASSUMIR EM SEDE DE CANDIDATURA

Conforme referido no ponto 16 do presente Aviso, em sede de submissão da candidatura as entidades comprometem-se a atingir determinadas metas, baseadas num ou mais indicadores de resultado que melhor traduzam o sucesso na implementação da operação e que permite a respetiva medição, de forma objetiva e verificável após o final do projeto. Com efeito deverão preencher o modelo de documento que abaixo se reproduz, disponível para *download* na mesma secção do site onde se encontra o AAC, com a designação “Anexo” e fazer o *upload* no separador “documentos do formulário de candidatura”. Caso os indicadores/compromissos e/ou metas propostas para contratualização não sejam considerados relevantes ou suficientes, podem vir a ser ajustados/revistos antes da emissão da decisão de aprovação da operação.



QUADRO DE INDICADORES A CONTRATUALIZAR

AVISO N.º POCH-67-2018-05
CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL

Designação da entidade beneficiária: _____

NIF da entidade beneficiária: _____

INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	PONTO DE PARTIDA (QUANDO APLICÁVEL) ¹	METAS PROPOSTAS PARA CONTRATUALIZAÇÃO COM O POCH	FONTE PARA APURAMENTO DO INDICADOR
Indicador Resultado A				
Indicador de resultado n... ²				

¹ A incluir valores de partida quando o mesmo indicador tenha sido apurado em anos anteriores, indicando o último ano disponível, caso só disponha para esse ano, ou a média dos últimos três anos, sempre que aplicável.

² A inserir tantas linhas quanto o número de indicadores propostos, tendo que obrigatoriamente indicar no mínimo um indicador de resultado.

Fundamentação síntese do(s) indicador(es) proposto(s)

- Fundamentação síntese da relevância/pertinência do indicador A face às atividades a desenvolver com o projeto
- (...)

Metodologia de cálculo do(s) indicador(es) de resultado

- Descrição síntese da metodologia do indicador A
- (...)

Cofinanciado por:

ANEXO IV – TRANSNATIONAL COOPERATION AGREEMENT (TCA)

ESF Transnational Platform

Transnational Cooperation Agreement

Notes:

One TCA should be agreed and signed by all partners in a transnational partnership and attached by every partner to their application to the relevant Managing Authority in their own country.

This TCA describes only the joint transnational element to which the partners will contribute; it does not necessarily include any other activities which partners may carry out under their national funding agreements.

TCA should be uploaded to the ESF Transnational Platform's online [database](http://www.transnationality.eu) (www.transnationality.eu) by one of the partners (and linked to all the other partners).

1. Short description of transnational project

1.1 Name of transnational project:

1.2 Rationale and objectives:

- short summary of the problem addressed, target group, common interests
- common transnational objectives of the partners
- products, outputs, intended outcomes
- added value of transnational activities

1.3 Work programme and working methodology:

Planned transnational activities	Time schedule for products and outputs	Contribution and responsibilities of each partner	Intended results (quantified as far as possible)
e.g. conference	date	e.g.: <ul style="list-style-type: none"> • venue and catering (Partner 1) • experts (Partner 1) • translation (Partner 2) 	e.g.: <ul style="list-style-type: none"> Dissemination of information and the project product(s) among xx local authorities from country 1 and country 2

ESF Transnational Platform

1.4 Organisation and decision-making:

- role and tasks relating to the coordination of the TCA
- arrangements for decision-making
- methodology of sharing information
- working language(s)

2. Signatures of partners

Each partner undertakes to carry out the tasks and fulfil the duties set out above as part of the transnational project, on the condition that they are granted funding (if applicable).

If for whatever reason any of the partners is not granted this support, this TCA must be amended or cancelled. Subject to the agreement of their respective Managing Authorities, the resulting 'orphan' partners may amend the TCA, optionally including new partners, and explore with their Managing Authorities how the grant contracts can be amended.

Signed by all the partners *[repeat this section for all partners]:*

2.1 Partner 1:

Name of organisation:

Address:

Website:

Signed by legally authorised representative:

[signature]

Place and date of signature:

Name of representative:

Position of representative:

Telephone:

E-mail:

Budget for transnational work (in EUR¹):

Funding source:

TPI number²:

2.2 Partner 2:

Name of organisation:

Address:

Website:

Signed by legally authorised representative:

[signature]

Place and date of signature:

Name of representative:

Position of representative:

Telephone:

E-mail:

Budget for transnational work (in EUR¹):

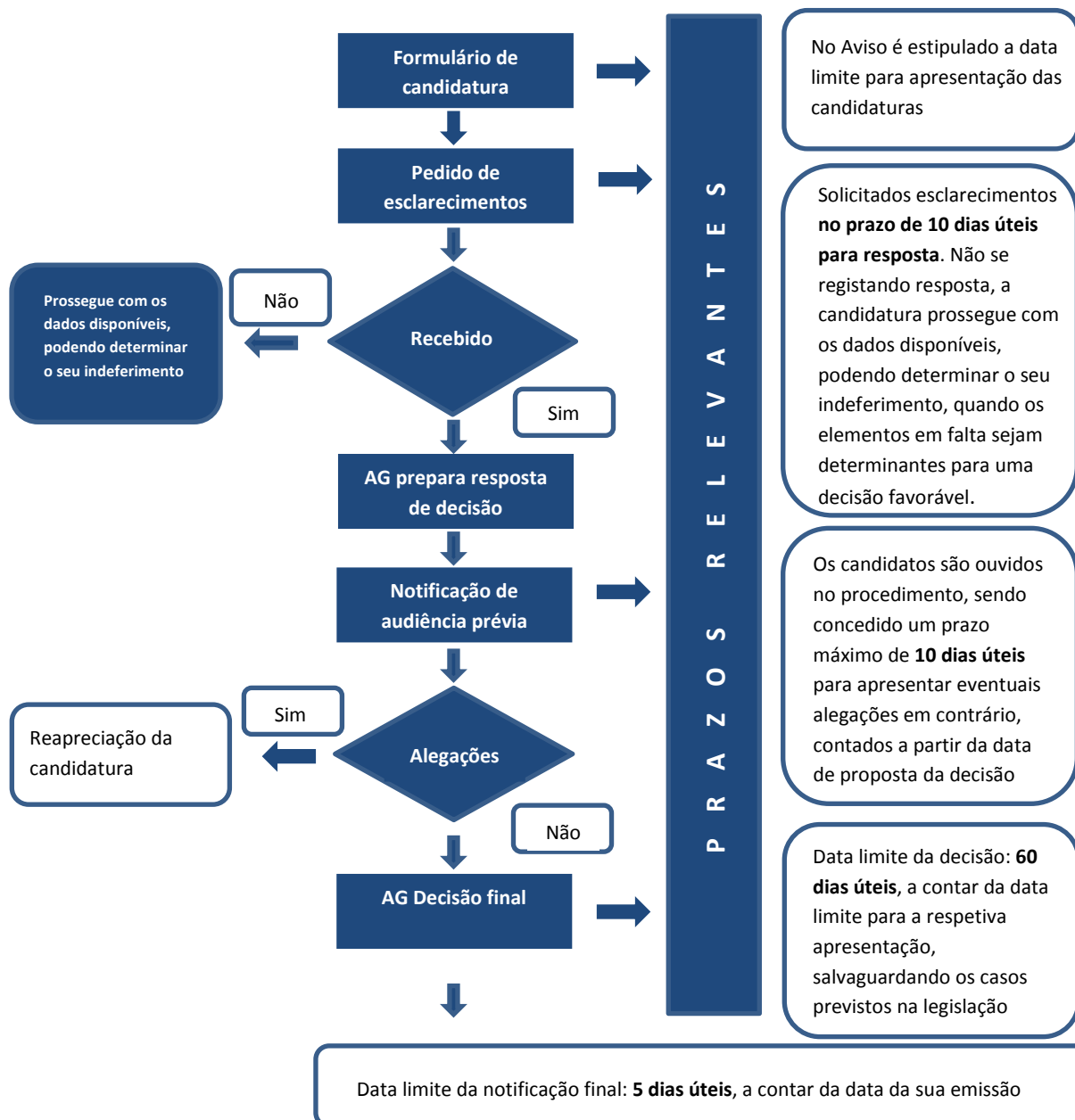
Funding source:

TPI number²:

¹ For foreign currencies please use ECB currency converter: <http://sdw.ecb.europa.eu/curConverter.do>

² The TPI or Transnational Project Identifier is the number given automatically to a project when it is created into the ESF partner search database: https://ec.europa.eu/esf/transnationality/partners-search/?f%5b0%5d=bundle%3Aesf_tnc_project

ANEXO V - PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DECISÃO DE CANDIDATURAS



Notas:

¹ Os procedimentos de análise e decisão das candidaturas são os constantes do disposto nos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

² Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela autoridade de gestão.

³ A contagem dos prazos indicados é feita nos termos do disposto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou em anexo o Código do Procedimento Administrativo.

Cofinanciado por: